COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 6.955, DE 2002 (PLS 139/2000, na origem)

Altera a redação dos §§ 7º e 8º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa da Ordem Econômica – CADE, em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado JOSÉ EDUARDO CARDOZO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em exame, aprovado pelo Senado Federal, no âmbito de sua Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tem por objetivo alterar a redação dos §§ 7º e 8º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, a fim de eliminar a aprovação de atos de concentração, pelo CADE, em virtude de decurso de prazo, e também de estabelecer a possibilidade de prorrogação, por um período, dos prazos fixados no § 6º do art. 54 da Lei nº 8.884/94 para manifestação da SEAE, da SDE e do CADE.

O ilustre Autor, Senador Pedro Simon, aponta que é grande o número de fusões e incorporações de empresas na atualidade, tornando-se necessário ampliar o prazo de que dispõem os órgãos governamentais para apreciar tais atos e eliminar a possibilidade de aprovação dos mesmos por decurso de prazo.

Entendeu o citado órgão técnico do Senado Federal que nada havia a objetar quanto à constitucionalidade e juridicidade da proposição e

que, no mérito, a mesma representava oportuno aprimoramento da Lei nº 8.884/94, eliminando a aprovação por decurso de prazo, que poderia resultar em omissões e manipulações.

A matéria foi aprovada no Senado Federal e chega a esta Casa para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal.

Distribuído inicialmente à Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo, para análise de mérito, foi aprovado de forma unânime, sem emendas.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 6.955, de 2002, a teor do art. 32, inc. III, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A matéria em apreço é da competência legislativa concorrente da União (art. 24, I - CF), cabendo a esta estabelecer normas gerais. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, com a sanção do Presidente da República (art. 48 – CF), sendo a iniciativa parlamentar legítima.

A proposição em exame atende aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna. A proposição também está em inteira conformidade com o ordenamento jurídico vigente.

No tocante à técnica legislativa, não há qualquer restrição quanto ao texto apresentado na proposição aprovada no Senado Federal, estando a mesma de acordo com as normas legais pertinentes.

Em face do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 6.955, de 2002.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado JOSÉ EDUARDO CARDOZO
Relator